

Tradução

O que pode dizer um historiador da ciência sobre Saussure?^I

Sylvain Auroux

Laboratoire d'histoire des théories linguistiques (HTL)

Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS)

Université Paris Diderot - Paris 7

Uma grande parte da historiografia saussuriana repousa sobre uma certa ideia (um certo mito) de ciência: ela seria descontínua, de acordo com o modelo construído por G. Bachelard, a partir da Física Moderna^{II} e aplicado, por seus discípulos, à Química Lavoisiana. Tal modelo retoma o grande estudo de A. Koyré sobre Galileu^{III} e as ideias que ele desenvolvia sobre a noção de “revolução científica”, o qual tinha a vantagem de romper com a ideia ingênua do século XIX de que a ciência seria uma simples acumulação de “descobertas”. Não só isso: ele supunha um “nascimento” da ciência pela “ruptura epistemológica” que separaria, na história das nossas representações, a “verdadeira” ciência da ideologia. Desse fato, o modelo teve o inconveniente de suscitar a descoberta de inumeráveis “rupturas epistemológicas”, neste ou naquele domínio do saber. É nesse contexto dos anos sessenta que Saussure foi a vítima ou o “beneficiário” desta moda. Tanto os textos dos linguistas “alemães” (de língua germânica) do século XIX como aqueles de Saussure podiam se prestar muito facilmente à essa abordagem, porque o próprio autor genebrino se via como o fundador da verdadeira “ciência” linguística. Antes dele, nada de científico teria sido feito no que se refere à linguagem. Trata-se de um ponto de vista dificilmente admissível, absurdo, para aqueles que possuem um conhecimento aprofundado das disciplinas que têm a linguagem por objeto, saberes cuja origem remonta em torno ao terceiro e ao segundo milênios^{IV}.

Entendemos rapidamente que essa visão de ciência não correspondia ao seu funcionamento normal. A partir dos anos cinquenta do século XX, os historiadores da ciência construíram um outro modelo, mais em conformidade com o desenvolvimento de nossos conhecimentos tomados a longo termo. Aplicado a Saussure, o novo modelo implicaria que pudéssemos responder à questão: o que descobriu o linguista, ou, em outras palavras, sobre esse novo conhecimento que ele construiu, o que, efetivamente, se mantém estável na prática do linguista? Nós temos um recuo de cem anos, e nosso método tão, se não mais, antigo, reconhece em Saussure um imenso linguista. Para a revolução científica, é outra coisa; a novidade não introduzia o tanto de descontinuidade que não se pudesse reconhecer os elementos do Antigo Regime do Novo, nem entrever, no Antigo, o que iria se passar.

Para um historiador, a ciência é um domínio empírico, dotado da seguinte estrutura:

I Esse texto seria a conferência de abertura que deveria ter sido ministrada no evento XI **Congreso Internacional de la Sociedad Española de Historiografía Lingüística, em Buenos Aires (Argentina), nos dias 19, 20 e 21 de abril de 2017**. Entretanto, Sylvain Auroux não pode comparecer e gentilmente enviou o texto à comissão organizadora, a qual compartilhou com os participantes do evento.

II La philosophie du non, 1940.

III Etudes galiléennes, Paris, Hermann, 1939.

IV Histoire des idées linguistique, S. Auroux, dir., 3 vols., 1989-2000, Liège, Mardaga.

- i) os fatos são constituídos de conhecimento, quer dizer, de asserções consagradas a domínios de objetos e validados por protocolos empíricos e formais recuperáveis;
- ii) o conhecimento é invenção, isto é, inovação retomada no horizonte de retrospectão da comunidade e verificável quando necessário;
- iii) o tempo é uma dimensão essencial das disciplinas científicas: não há ciência instantânea nem ciência sem memória (ou horizonte de retrospectão);
- iv) o conhecimento é descontínuo (ele corresponde a invenções isoláveis, mais ou menos datáveis e substanciais) e é igualmente inserido nos conjuntos mais vastos ou em campos de conhecimentos;
- v) a estrutura dos campos de conhecimentos pode variar, sem, para tanto, fazer desaparecer certas invenções ou núcleos de racionalidade (por exemplo, para as ciências da linguagem, a teoria dos tempos, ou aquela dos casos gramaticais);
- vi) novos objetos podem aparecer em um domínio de conhecimento ou dele desaparecer; esses fenômenos podem deprender da estrutura do campo, de uma mudança de interesse ou do aparecimento de novos dados empíricos;
- vii) um domínio de conhecimento que não tenha núcleos de racionalidade a longo termo não seria uma ciência. Os núcleos de racionalidade estão submetidos à revisão, mas podem também ter reconhecidas suas filiações ou sua recorrência;
- viii) as asserções fundadas sobre a estrutura de um campo de conhecimento em um dado momento não têm nenhuma necessidade de serem estáveis. A ideia que temos de ciência (independentemente da abordagem histórica) faz parte desse tipo de asserção.

1 - Podemos “inventar” uma ciência sobre um domínio de objetos dispondo de conhecimentos revelados a longo termo?

Quando se interessavam pela história de sua disciplina, os linguistas alemães do século XIX introduziram uma temática nova na representação do desenvolvimento das ciências da linguagem: tais saberes teriam adquirido o estatuto de “ciência” somente a partir da gramática comparada. Essa ideia teve uma importância significativa; nós a encontramos diluída na ideia de estados sucessivos (gramática → filologia → gramática comparada), desde as primeiras linhas do Curso de Linguística Geral (1916) de F. de Saussure, que vai mais longe quando sugere que o processo não está acabado:

A ciência que se constituiu em torno dos fatos da língua passou por três fases sucessivas antes de reconhecer qual é o seu verdadeiro e único objeto.

Na época do estruturalismo, nós retivemos a ideia de que Saussure era o fundador da linguística como “ciência”. Para um historiador que possuía uma visão global, não há inventor da “ciência”, como também não há inventor do fogo ou da roda. Em um certo momento, os personagens podem escrever um tratado que, colocado em forma de conhecimento, os apresenta como um corpo de doutrina que servirá de referência. É o caso dos “primeiros gramáticos” como Panini, Sibawahi ou Denys Le Thracé.

Eles evidentemente não inventaram de uma só vez a gramática. No domínio da ciência, não há nada mais da geração espontânea como existe na biologia. Nos últimos trinta anos, os historiadores das ciências da linguagem colocaram em ordem todas essas afirmações.

Neste texto, eu me interessarei por uma questão bizarra: será que podemos manter Saussure como “inventor” de “conhecimentos linguísticos”, no sentido recém formulado?

2. O caso evidente das soantes e dos coeficientes sonânticos

Sabemos que, inicialmente, o linguista genebrino F. de Saussure (1857-1913) recebeu uma formação de comparatista, junto aos neogramáticos de Leipzig, cidade onde ele defendeu uma tese consagrada ao uso do genitivo absoluto em sânscrito (1880). Nesse sentido, ele praticava a (ciência normal) de seu tempo. Nós devemos a ele, nesse contexto, duas invenções sobre as quais eu não me deterei:

i) as “sonantes”, essas consoantes vogais que explicam algumas evoluções indo-europeias (o N vogal, por exemplo) é alguma coisa que Saussure reivindica em sua correspondência precoce, mas muitos professores de Leipzig publicaram sobre a questão. É um conceito admitido que Saussure retoma em seu *mémoire* de 1879. Trata-se de uma verdadeira invenção (múltipla). Segundo os critérios admitidos (anterioridade da publicação, referências), não é possível atribuí-lo à Saussure. Sua relação às “sonantes” é anedótica.

ii) ele publicou em 1879 um *mémoire* sobre o vocalismo indo-europeu onde, para explicar a coloração vocálica de algumas formas, postulava a existência, durante um estado anterior, ao lado de certas vogais, de elementos desaparecidos (“os coeficientes sonânticos”, do qual ignoramos a pronúncia) que explicam a transformação. A maturidade e o valor científicos desse texto são impressionantes; em 1916, encontraremos exemplos desses elementos (laringais) em uma língua desaparecida que começava a ser decifrada, o hitita. Hjelmslev notará a novidade do método, verdadeira origem da abordagem estrutural. Trata-se, incontestavelmente, da grande descoberta de Saussure no domínio da Gramática Comparada. Ela é confortada e consolidada pelos linguistas^V de hoje, isto é, como toda grande descoberta, ela continua a estar presente no trabalho dos pesquisadores. Se parássemos por aqui, Saussure seria um grande linguista, autor de invenções consideráveis. À primeira vista, a continuidade de seu trabalho não é tão fecunda. De 1881 a 1891, Saussure foi professor na École Pratique des Hautes Études em Paris, ao lado de personalidades como M. Bréal, V. Henry, P. Meyer e G. Paris, os quais se opunham vivamente aos neogramáticos; depois, ele retorna à Genebra, também como professor, onde morre precocemente, após ter ministrado, em 1907, 1908/1909 e 1910/1911, os cursos consagrados à “linguística geral”. Em vida, ele publicou apenas artigos técnicos sobre a gramática comparada. Sua glória virá de uma obra póstuma, o^{VI} Curso de Linguística Geral (1916), editado por seus discípulos C. Bally, A. Sechehaye e A. Riedlinger, a partir de notas conservadas por alguns de seus estudantes. É também o autor de manuscritos

^V Charles de Lamberterie, “La Théorie des laryngales en indo-européen”, AIBL Relatório do ano 2007, pp. 141-166.

^{VI} O determinante “o” remete à obra enquanto tal, ao livro; o título escolhido pelos editores, sem determinante, não especifica, pois trata-se da exposição de um ou mais cursos e mesmo de um curso contínuo.

consagrados se interessando pelo sentido escondido em algumas obras poéticas, sentido manifestado por alguma palavra que vai sendo descoberta graças à análise de sequência de letras apresentadas no texto (anagramas^{VII}). Ele abandona essas pesquisas quando descobre o mesmo procedimento na obra do poeta italiano Parodi, o qual, por sua vez, não responde às suas cartas.

O impacto do Curso não foi imediato. Por exemplo, em 1923, se o linguista americano L. Bloomfield redige uma resenha da segunda edição do Curso; por outro lado, em seu célebre manual (*Language*), de 1933, ele sequer faz uma citação ao genebrino. Evidentemente, Saussure é evocado nos principais escritos daqueles que renovam a linguística nos anos trinta (Escola de Praga, Escola de Copenhague); mas ele é somente uma fonte entre tantas outras. Em 1945, ainda, quando E. Cassirer publica, no primeiro volume da *Revista Word*, um artigo consagrado ao “Structuralism in modern linguistics”, ele não o cita senão rapidamente, entre quatro outros linguistas mais recentes (Bronckal, Jakobson, Trubetzkoy e Meillet). Saussure era, todavia, contestado, desde 1929, na célebre obra^{VIII} de V. N. Volochinov, *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, como o principal iniciador de uma das duas correntes da linguística, “objetivismo abstrato”^{IX}; este autor lhe atribui (assim como a Bally e a Sechehaye) uma influência determinante sobre a linguística russa de sua época. Após a segunda guerra mundial, a recepção, particularmente na França ou na Itália (no entorno de Tullio de Mauro), tornou-se massiva. De um lado, trata-se de uma referência quase universal, mais ou menos bem informada. De outro lado, o texto faz-se objeto de exegeses sem fim, nem sempre desejosas de respeitar a abordagem filológica^X. A utilização dos manuscritos (R. Godel, *Les sources manuscrites du CLG*, 1957), uma sólida edição crítica graças à R. Engler^{XI} (1967/1968-1973), e o acesso a novos manuscritos (retomados nos *Écrits de Linguistique Générale*, 2002, por S. Bouquet e R. Engler) conduziram finalmente a admitir o fato de que o Curso que nós conhecemos foi objeto de um considerável trabalho dos editores e que ele nada reflete o pensamento completo e acabado de Saussure, se aí existe uma. O genebrino se mostra menos doutrinário e mais hesitante sobre muitos pontos^{XII}. A obra desses dois editores, muito extraordinária quando consideramos o estado das fontes manuscritas, é universalmente descrita; buscamos reconciliar os “dois Saussure” (o homem dos anagramas e o comparatista), para procurar até encontrar o “verdadeiro Saussure” (sic) atrás da “falsificação” do Curso, personagem mítico, sobre o qual se imagina que abriria àquele que o descobrisse a possibilidade de ser o fundador dos novos desenvolvimentos científicos. Mesmo que, às vezes, nos detenhamos em explorar os antecedentes^{XIII}, o texto é raramente abordado em seu pertencimento a uma série de descobertas científicas, o que seria, após tudo, o percurso normal de um historiador da ciência; ele é, a maior parte do tempo, considerado como um ponto de partida absoluto, valendo em si e por si.

VII Ver J. Starobinski, *Les mots sous les mots. Les anagrammes de Ferdinand de Saussure*, 1986.

VIII Em sua publicação (e até nos anos 70 na França) era atribuído à Bakhtin.

IX A outra sendo o “subjativismo idealista” do alemão K. Vossler.

X Em 1980, R. L. Wagner (um universitário francês de renome) não vai hesitar em escrever, no primeiro número da revista *Mots*, que “não estava certo do nosso ponto de vista, que agiria de maneira útil, procurando uma edição crítica (...)” (“Les désarrois du maître de Genève”, p. 29). A edição crítica de Engler foi publicada 12 anos antes desse artigo.

XI Salientamos nessa obra um útil *Léxique de la terminologie saussurienne* (1968), que encaminha para as fontes manuscritas. Foi pouco utilizado pelos críticos.

XII Podemos notar que eles são, em geral, os que impõem dificuldades aos intérpretes.

XIII Cl. Normand *Avant Saussure*, 1978; ver igualmente os trabalhos de Engler, ao final dos anos 70, consagrados ao papel dos romanistas franceses na elaboração de uma eidética segundo a qual a língua não é “uma espécie natural” (não há fronteira dialetal, as línguas “filhas” e as línguas “mães” não existem, o que há é continuidade).

Entre um texto que se desnuda e o recobrimento indefinido de comentários peremptórios, é extremamente difícil, hoje, escrever dez linhas tendo o sentido comum sobre Saussure. No que segue, nós tomamos como referência o texto canônico do Curso (é ele que foi objeto da recepção dos estruturalistas), jogando luz nos elementos centrais que podem ser considerados como descobertas; o recurso aos manuscritos nos servirá somente para clarear a compreensão do texto. Eu deixarei de lado a quarta parte consagrada à “geografia linguística”, assim como tudo aquilo que poderia concernir à “fonologia”^{XIV}.

3. A “língua”

Após os destaques históricos aos quais fizemos alusão, o Curso se abre sobre a definição do objeto da linguística, isto é, a língua. Sobre isso responderão as últimas linhas tão frequentemente citadas da obra (nós sabemos desde Engler que elas são apócrifas): *a linguística tem por único e verdadeiro objeto a língua considerada em si mesma e por si mesma*. Mas o que é necessário entender por “língua”? O texto nos diz que ela corresponde ao “ponto de vista do linguista”, formulação ambígua que poderia sugerir uma opção “nominalista” (que era provavelmente aquela dos romanistas franceses), a qual contradiria a ideia central, segundo a qual a língua é uma realidade social (coletiva) que se impõe a todo indivíduo idêntico no espírito de cada um dentre eles^{XV}. Qualquer que seja a sua “realidade”, nem os dialetos nem as línguas têm “limites naturais”. A língua se opõe à fala, que, por sua vez, é o ato individual que ela contrai. Ela não é definida pelos elementos que a comporiam; ela é “um sistema onde tudo se sustenta”. O tempo não é uma dimensão, os elementos da língua em seu conjunto devem ser considerados como essencialmente coexistentes, pois eles formam o que Saussure nomeia uma sincronia. Isso não significa que os fenômenos linguísticos não sejam afetados pelo tempo, mas se eles o são, enquanto elementos individuais, na história (a diacronia), há somente fatos individuais; na língua, o sistema. O neogramático H. Paul considerava que a ciência das línguas se reduzia à história das línguas. Para Saussure, a linguística é, antes de qualquer coisa, sincrônica; ela é a ciência da língua enquanto essa não é considerada pelo tempo^{XVI}. Isso não significa que a língua não seja afetada pela temporalidade, pois a imobilidade absoluta não existe, mas, ao final de um certo tempo a língua “não será mais idêntica a ela mesma” (p. 273)^{XVII}. O que interessa aos linguistas da sincronia é que a língua enquanto tal é idêntica a si mesma. Trata-se de uma redefinição do campo do objeto. A definição do objeto ele mesmo pode ser considerada como uma inovação. Qualquer que seja uma invenção, ela depende unicamente da retomada pelo seu estado posterior da disciplina. Sabemos hoje que ela não é unânime, mas que se trata da inovação, a mais original inovação do referido linguista.

XIV A história dessa disciplina é muito complexa. A prática de opor os sons dos contextos próximos remonta ao menos ao século XVIII para o domínio francês (diferenças específicas de classificações aristotélicas), e a noção de “distintividade” tem sido discutida desde a construção da APU nos anos 1880 (G. Paris).

XV Daí que o esquema de comunicação (que une o locutor e o ouvinte, ver p. 28) é totalmente reversível. Saussure não se detém sobre este ponto. Ele é, entretanto, essencial: a irreversibilidade destruiria o conceito de língua.

XVI *“A linguística diacrônica estuda, não mais as relações entre termos coexistentes de um estado de língua, mas entre termos sucessivos que se substituem uns aos outros no tempo”* (p. 193). *A coexistência é percebida pela mesma consciência coletiva; enquanto que a sucessão não o é* (p. 140).

XVII *Na edição crítica de Engler (fasc. 3, p: 453), essa expressão muito abstrata, retida pelos editores, figura em três fontes sobre quatro, e por isso, é pouco provável que ela seja uma pura invenção dos estudantes. Para um desenvolvimento deste tema da identidade em si como definição da língua, podemos nos reportar ao início de J. -C. Milner, *L'amour de la langue*, Paris, Le Seuil, 1978.*

4 - Sincronia/Diacronia

A relação entre sincronia e diacronia é difícil de ser formulada e gastou-se muita tinta. Saussure a abordava com a ajuda de três analogias. A primeira é geométrica: um estado de língua é como a projeção da realidade histórica em um momento dado. A segunda é biológica: a sincronia é como o corte horizontal de um tronco de árvore, a diacronia como o corte vertical. A terceira (a mais célebre) é tomada emprestada do jogo de xadrez: a sincronia é como a disposição de peões em um dado momento sobre o tabuleiro. A diacronia é como uma sequência de disposições que dependem dos deslocamentos de peões, a cada lance. Não é evidente que essas analogias sejam totalmente adequadas (assim, o jogador de xadrez premedita seus lances, enquanto não há finalidade na língua), nem que elas sejam equivalentes entre elas.

O mais importante é compreender o que é necessário entender por “sistema” (o termo “estrutura” não faz parte do vocabulário saussuriano específico^{XVIII}). O mais simples é evidentemente se referir ao funcionamento linguístico por ele mesmo. O desenrolar da fala (o eixo sintagmático) faz aparecer solidariedades; mas, cada um dos elementos desse eixo pertence a séries “paradigmáticas”. Assim, “desfazer” pode-se decompor sintagmaticamente como “des-fazer”; mas ele pertence igualmente a outras séries “descolar”, “deslocar”, “descosturar, etc”, “fazer, refazer, contrafazer, etc”.

É difícil dizer que o paradigma é uma “invenção”. Para os historiadores modernos das ciências da linguagem, estas disciplinas remontam ao aparecimento de paradigmas nos bilingues sumérios/acadianos em torno do terceiro e do segundo milênio antes da nossa era. Seu aparecimento está ligado à utilização da escrita. O que é uma inovação é integrar ao funcionamento da língua à dualidade dos eixos. Tornou-se um ponto comum das ciências da linguagem.

5- O signo linguístico

Todavia, é por uma abordagem mais original que Saussure assume a novidade de sua noção de sistema, fazendo-a corresponder a uma redefinição da noção de “signo linguístico”. É somente na época moderna (ver, por exemplo, *La logique*, de Port Royal, 1661) que o signo linguístico foi integrado a um conceito geral de “signo”. Na Antiguidade, a palavra era, para Aristóteles, um *symbolon*, elemento sonoro arbitrário, religado convencionalmente a um conceito (as línguas são diversas, mas os conceitos são universais), ao passo que o signo (sêmeion) tinha um laço, de natureza mais frequentemente causal, com o que ele significava (o rastro para a caça, a fumaça para o fogo, etc.). Saussure invoca uma “ciência futura” dos signos, ou semiologia, que “estudaria a vida dos signos no seio da vida social” e da qual a linguística fará parte. Esse tema terá consequências maiores para o estruturalismo. Para conceber o estatuto da semiologia, podemos nos referir, seguindo uma iniciativa dos editores, à analogia do jogo de xadrez. Vimos o estado do tabuleiro de xadrez corresponder à sincronia e à sua reorganização, seguida de cada jogada, à diacronia; as jogadas, como os estados sucessivos, são regidas por regras do jogo, análogas aos “princípios constantes da semiologia” (p. 126)^{XIX}.

Se a linguística é somente uma parte da futura semiologia, ela é a única que Saussure desenvolveu.

XVIII Evidentemente, a palavra está presente no texto com seu sentido corrente (arquitetônico); ver o *Lexique d'Engler*.

XIX Esta passagem parece ser uma extrapolação dos editores. Ela não aparece em nenhum dos cadernos de notas dos estudantes, os quais tinham todos somente observado que o sistema de cujos valores dependem é o tempo todo momentâneo.

Se toda teoria do signo é uma representação da relação entre o *designans* e o *designatum*, entendemos comumente por “signo” o *designans*; o *designatum* torna-se a coisa significada^{XX}. No Curso, essa teoria tem, sobretudo, por função, apresentar então, por contraste, a (teoria) do genebrino; ele considera que, por natureza, o signo é uma dualidade: “O signo linguístico une não uma coisa e um nome, mas um conceito e uma imagem acústica”. Para designar cada um dentre eles, ele forja os neologismos de *significado e significante*, opondo, como a tradição, o particípio presente ativo e o particípio passado passivo, o que não será provavelmente sem consequência sobre a proeminência que alguns partidários do estruturalismo acordaram ao significante (representando o signo sobre a forma Sa/Sé). De todo modo, a representação canônica do signo é aquela de uma unidade (mental) em dupla face: Sé/Sa^{XXI}.

Poderíamos nos surpreender com o que desaparece nesse esquema: aquilo a propósito do que nós utilizamos a linguagem, a saber, os objetos do mundo. Mas não significa que o genebrino ignore a questão. Ele a evocou sob o nome de *Onymique*^{XXII}. Para ele, trata-se de um caso particular na semiologia, onde existe um terceiro termo na constituição psicológica do signo (das palavras como árvore, cavalo, etc) e “a consciência que ele se aplica a um ser exterior (...) bem definido em si mesmo para escapar à lei geral do signo”. Dito de outro modo, Saussure escolheu explicitamente rejeitar toda situação onde as palavras fazem função de simples etiquetas para as coisas externas.

Essa é uma posição notável, mas não é uma escolha original. O *Dictionnaire de l'Académie* (1696) já o tinha feito, deixando ao dicionário de Thomas Corneille, que é publicado no mesmo ano, todos os termos técnicos e de profissões, retendo somente os termos da “língua comum” que se entre-definem entre eles. Durante dois séculos, os dicionários de sinônimos fizeram constantemente a mesma escolha. A “audácia” teórica de Saussure consiste em não ratificar essa rejeição, da qual provavelmente ignora as raízes históricas, mas em considerar que o recurso ao objeto externo não pertence simplesmente à teoria do signo linguístico. Na edição do Curso (e nos três cadernos de notas), onde nós encontramos vários pequenos desenhos representando uma árvore ou um cavalo, observamos que eles são utilizados somente para refutar o caráter primordial da concepção tradicional do arbitrário (ausência de laço natural entre o nome e a coisa).

A primeira parte do Curso abre-se sobre um pequeno capítulo consagrado à natureza do signo linguístico. Tal natureza é regida por dois princípios, o arbitrário do signo e o caráter linear do significante. Para Saussure, o segundo, embora possa parecer evidente, é tão importante quanto o primeiro: todo mecanismo da língua depende disso. A organização sintagmática, na verdade, vem do que os elementos dispõem somente da linha do tempo, eles se apresentam um após o outro e formam uma cadeia. Isso é admitir claramente a primazia vocal na existência e na análise do fenômeno linguístico, uma atitude que Derrida vai criticar sobre o nome geral de “logocentrismo”.

O arbitrário do signo é uma questão filosófica antiga e difícil. Não há verdadeiramente uma

XX A nosso conhecimento, só é encontrado muito raramente este gênero de concepção (principalmente nos pedagogos do século XVII, que, como Comenius, introduzem o multilinguismo com a ajuda de pequenos desenhos dos objetos). Em geral, os gramáticos e os lógicos, desde Aristóteles, utilizam três termos: o som, a ideia (o conceito) e a coisa. Nós retornaremos a isso.

XXI A natureza da barra que separa o Sé e o Sa será o objeto de múltiplas discussões pelos comentadores. Parece que o próprio Saussure hesitou sobre a questão. No Fundo BPU 1996, há uma barra (Bouquet e Engler, 2002, p.95); nas notas sobre a linguística geral (Engler fac. 4, item, 3310.5, p. 36; Bouquet e Engler, 2002, p. 103), o autor, para representar o signo, utiliza um retângulo, do qual a diagonal corresponde à barra; ele recusa explicitamente uma linha contínua para esta diagonal (mesmo se ela aparece em outras ocorrências), ao proveito de uma linha pontilhada. Os editores do Cours adornaram numerosos esquemas que não figuram aparentemente em todas as notas tomadas pelos estudantes.

XXII Ver Engler, Lexique. Iguamente, Engler fasc. 4, item 3312.1, p. 36 e Bouquet e Engler, p. 106.

única maneira de formulá-la. Saussure rejeita explicitamente várias^{XXIII}; sua concepção complexa é uma inovação e, sem ela, o que ele entende por “língua” é inconcebível.

6 - O valor linguístico

Os signos sendo compostos de um significante e de um significado: o arbitrário concerne a essa relação. Destacamos, antes de qualquer coisa, que eles são, cada um em sua ordem, decompostos em unidades. Uma primeira tese de Saussure consiste em defender que toda decomposição de um é uma decomposição do outro^{XXIV}. Significante e significado são como as duas faces de uma mesma folha de papel, se cortamos o papel, cortamos igualmente as duas faces^{XXV}: “na língua não saberíamos isolar nem o som do pensamento, nem o pensamento do som”. Essa “simetria do corte” possui evidentemente consequências para a concepção de cada um dos elementos: ou ele resulta de uma harmonia (de um equilíbrio) entre os dois que preexistem, de uma certa maneira, cada um em sua ordem, ou ainda é ela que determina os elementos. De uma maneira muito surpreendente, se não Saussure, ao menos seus seguidores escolheram a segunda alternativa^{XXVI}; resulta que, antes de sua associação, significado e significante não têm existência determinada:

Não há (...) nem materialização dos pensamentos, nem espiritualização dos sons, mas se trata do que os faz de certa forma misteriosos, que o “pensamento-som” implica divisões e que a língua elabora suas unidades se constituindo entre duas massas amorfas (p. 155)

Assim se explica que “o laço que une o significante ao significado é arbitrário: “a ideia de ‘irmã’ (soeur) não está ligada por nenhuma relação interior com a sequência de sons i-r-m-ã que lhe serve de significante” (p. 100). Esse fenômeno não pode ser integralmente compreendido sem o recurso a este “arbitrário lateral” que subentende a concepção propriamente saussuriana da noção de “valor”. Não há signo isolado, o que delimita um signo são os outros signos pertencentes ao mesmo sistema. Por consequência, dois signos cercados de elementos diferentes não teriam o mesmo significado:

XXIII Essencialmente três. A primeira é aquela da convenção; a segunda é aquela da liberdade individual (arbitrária) na atribuição das significações. Para ele, a língua é sempre, de alguma forma já-lá com relação à atividade do sujeito falante (caráter social da língua). A terceira é aquela da não-motivação (anomalia dos contemporâneos do gramático latino Varon): como os signos linguísticos formam sistema, há analogias (por exemplo, quando da derivação) de uns aos outros: “des-fazer” não é isolado, pertence a grupos de elementos (re-fazer, des-construir, etc.). De direito, o sistema faz com que a palavra possa ser não importa o quê, mas no interior do sistema esse “não importa o quê” não aparece geralmente, justamente porque há sistema.

XXIV A. Martinet (Eléments de Linguistique Générale, 1967) dará a esta “simetria do corte” o nome de “primeira articulação” da linguagem; ele define uma “segunda articulação” que concerne à decomposição do significante em unidades distintas (é ele mesmo um continuador inventivo da fonologia de Praga, que não poderia conhecer Saussure). A “dupla articulação” seria uma propriedade diferencial da linguagem humana.

XXV Deveríamos deduzir o critério linear do significado. Como mostram alguns comentadores (M. Arrivé, À la recherche de Ferdinand de Saussure, 2007, p. 46; L.-J. Calvet, Le Jeu du Signe, 2010, p. 145) é muito estranho que o genebrino reserve seu princípio de linearidade somente ao significante. A única hipótese que podemos fazer é que esta limitação material imposta ao significante se impõe também ao significado; todavia, se decomposmos o “sentido” em diferentes paráfrases (depois de tudo, não temos outro meio de “apreendê-lo”), isto é manifestadamente falso. O problema vem sem dúvida de ter concebido o significado ou o conceito como uma “parte” do “pensamento”, uma concepção psicológica muito datada que não é mais verdadeiramente a nossa.

XXVI O texto da p. 156 que nós citamos resulta de um exagero dos editores entre as fontes muito díspares. As quatro fontes apresentadas por Engler notam: a) que o pensamento é de natureza caótica; b) que os sons da linguagem não representam uma forma pré-existente. O exemplo que os editores dão (o contato entre uma superfície de água e uma massa de ar, as ondas representam as unidades) figura bem nas fontes, com representações imagéticas diferentes segundo cada uma: temos em todos os casos dois volumes que se encontram sobre o plano horizontal e as barras verticais que figuram a separação das unidades quando essas se encontram, mas em uma das fontes o volume superior (o pensamento) possui divisões próprias que não são respeitadas por essas barras. Aliás, em nenhuma das fontes, o qualificativo “amorfo” não concerne ao pensamento, como na nossa citação, mas se sobressai na comparação e concerne essencialmente à água e ao ar (uma das fontes atribui, todavia, à “este cadeia fônica que é ele própria amorfa”). Enfim, no fundo BPU 196, encontramos um estranho destaque (não datado, mas que podemos supor anteriormente aos cursos): “mas esses sistemas <da língua> consiste em uma diferença confusa de ideias correntes sobre a superfície de uma diferença [] de formas, sem que jamais possa ser uma diferença de primeira ordem corresponde exatamente a uma diferença do segundo, assim como uma diferença do segundo corresponde a primeira []” (Bouquet e Engler, p. 82).

O francês *mouton* pode ter a mesma significação que o inglês *sheep*, mas não o mesmo valor, e isto por várias razões, em particular porque falando de uma peça de carne preparada e servida à mesa, o inglês diz *mutton* e não *sheep*. A diferença de valor entre *sheep* e *mouton* leva em conta que o primeiro tem, ao lado dele, um segundo termo, o que não é o caso para o francês.

No interior de uma mesma língua, todas as palavras que exprimem ideias vizinhas se limitam reciprocamente; sinônimos como *temer*, *recear*, *ter medo* não têm valor próprio senão por sua oposição; se *recear* não existisse, todo seu conteúdo iria para seus concorrentes (p. 160)^{XXVII}

A originalidade de Saussure não consiste simplesmente em retomar a herança, agora bem conhecida, dos sinonimistas franceses^{XXVIII} compreendidos em seus exemplos canônicos e a estendê-la a todas as unidades linguísticas, mas em admitir que o valor de um signo é sua realidade, e que essa realidade é de natureza opositiva e diferencial: “jamais um fragmento de língua poderia ser fundado, em última análise, sobre outra coisa que sua não coincidência com o resto^{XXIX}” (p. 163). “Arbitrário e diferencial são duas qualidades correlativas^{XXX}”. “Há línguas em que é possível dizer sentar-se ao sol” (p. 161). A noção de valor é incontestavelmente uma invenção que se inscreve em uma série ao tratar de um núcleo de racionalidade bem conhecida (a sinonímia), mas é uma noção que não só transforma totalmente esse alcance, como também remodela-o profundamente.

Podemos medir o alcance dessa invenção analisando o erro de um comentador. Em um artigo^{XXXI} muito confuso, muitas vezes citado e comentado, E. Benveniste acredita ver uma contradição na análise saussuriana: a relação entre significado e significante (“irmã” e i-r-m-ã) não seria arbitrária, mas necessária, pois o conceito é forçosamente idêntico na minha consciência à sequência fônica; por consequência, o arbitrário poderia ser afirmado somente recorrendo sub-repticiamente à “coisa”. Trata-se de um verdadeiro contrassenso^{XXXII} que pode nos fazer compreender a profundidade da inovação. O significado “irmã” não é dado; se aparecesse uma palavra como t-a-s-o para significar exclusivamente “irmã-da-mãe”, ela decorre de princípios pelos quais o significado “irmã” não seria mais o mesmo. É nisto que o significado, como significante, é arbitrário e, por consequência, sua ligação e, por isso, o signo na sua totalidade. É esse arbitrário que explica tanto a mobilidade linguística quanto a imobilidade (ele repousa sobre a tradição). Da mesma forma que ela não é um conjunto de nomes (uma “nomenclatura”), a língua não é um conjunto de significantes e de significados, é um conjunto de diferenças e de oposições ou, ainda, segundo uma expressão que aparece frequentemente no curso: *ela é forma e não substância*.

A recepção moderna de Saussure (após a Segunda Guerra Mundial) perfeitamente assimilou, em

XXVII Esta série de sinônimos figura em quase todos os dicionários desde o abade Girard (1718). Quanto à ideia que palavras estranhas introduzidas a uma língua terminam por se distinguir de palavras autóctones por suas nuances, é um clássico desenvolvido pelos sinonimistas de Guizot à Lafaye, passando pelos semanticistas como Bréal (que lhe dá o nome de “Lei de repartição”). As línguas utilizadas são muito diversas (compreendem o latim). A série inglesa desenvolvida no texto de Saussure e bem conhecida. Nós a encontramos principalmente em a *Sémantique Intégrale* de R. de la Grasserie (um compilador não muito original) em 1908, pp. 107 e 264.

XXVIII S. Auroux, 1985, “Deux hypothèses sur la conception saussurienne de la valeur linguistique”, *Travaux de linguistique et de littérature*, XXII-1. Notamos que a teoria da sinonímia “opositiva” remonta ao sofista grego Prodicus de keos, bem conhecido de Platão.

XXIX Fórmula feliz que retomam os editores e que foi somente anotada por uma das quatro fontes.

XXX A fórmula, ainda uma vez, provém dos editores. Duas das fontes apresentam um texto talvez mais claro: “Si le signe n’était pas arbitraire, on ne pourrait dire qu’il n’y a dans la langue que des différences ».

XXXI “Nature du signe linguistique”, 1939, *Acta Linguistica I*, Copenhague; retomado em *Problèmes de linguistique générale*, 1967, chap. IV.

XXXII É necessário confessar que Benveniste é ajudado por uma formulação infeliz de Saussure (ela figura em várias das fontes): “o significado ‘boeuf’ tem por significante ‘b-ô-f’ de um lado da fronteira, e o-k-s (ochs) de outro” (p. 100). Isto contradiz a asserção central segundo a qual dois significados de línguas diferentes não podem ser idênticos. Se o ochs alemão não tem como o ox inglês de origem germânica, uma palavra de origem normanda como o beef, tem rind cuja oposição não é idêntica (diríamos assim como Ochsfleisch e Rindfleisch).

sua generalidade, esse “princípio das diferenças”. Assim, M. Merleau-Ponty:

O que aprendemos com Saussure foi que os signos, um a um, nada significam, que cada um deles expressa menos um sentido do que marca um desvio de sentido entre si mesmo e os outros. Como se pode dizer o mesmo destes, a língua é feita de diferença sem termos, ou, mais exatamente, os termos nela são engendrados apenas pelas diferenças que aparecem entre eles (*Signes, 1960, premières lignes du chap. I*)

“Ideia difícil”, acrescenta logo o filósofo. De fato, nós concebemos uma relação somente entre termos dados; para a lógica moderna^{XXXIII}, ela é somente o produto cartesiano dos conjuntos de seus termos. Um conjunto é ele mesmo definido somente por uma propriedade claramente identificável, mesmo se ela funciona como a diferença específica das classificações aristotélicas. Ou nós encontramos uma maneira de reduzir este hiato entre o texto saussuriano e o estatuto de relações, ou é necessário admitir que nós estamos diante de alguma coisa radicalmente nova. Merleau-Ponty havia escolhido a primeira alternativa: haveria um paradoxo semelhante aos paradoxos de Zénon (nós diríamos antes ao paradoxo do ovo e da galinha). Numerosos comentadores (Deleuze, Derrida, Milner, sobretudo) escolheram a segunda alternativa e viram em Saussure o iniciador de uma nova ontologia^{XXXIV}. Nada no estado das fontes e, mais ainda, no estado dos conhecimentos dos quais Saussure dispunha permite decidir por uma das alternativas. Afinal, o genebrino era um linguista que se esforçava, tanto bem quanto mal, para colocar às claras as ideias gerais que lhe inspiravam, tanto na sua profissão quanto nas discussões com seus colegas. Hjelmslev (1943), bom conhecedor da lógica moderna, retomará o princípio das diferenças e suas implicações sobre o arbitrário, abstendo-se de recorrer às metáforas pouco claras (como aquela das “massas amorfas” do pensamento e do som), mas colocando em correspondência os léxicos provenientes de línguas diferentes bem constituídas (por exemplo, sobre as cores).

7- A Semiologia

Atribuímos frequentemente a Saussure a invenção de uma “disciplina” nova, a semiologia. Naville, seu colega na Universidade de Genebra, notava que “Ferdinand de Saussure insiste sobre a importância de uma ciência muito geral que ele chama de semiologia e cujo objeto seria as leis da criação e da transformação dos signos e dos seus sentidos” (*Nouvelle classification des sciences. Études Philosophique, 1901*). Como podemos compreender esta novidade: Saussure seria o inventor da Semiologia?

À primeira vista, essa atribuição pode parecer sujeita à cautela. A ideia de uma ciência dos signos não é certamente uma novidade na virada do século XX^{XXXV}. Podemos fazê-la remontar, ao menos, à

XXXIII Segundo toda verossimilhança Saussure desconhece a lógica moderna. Notaremos que os cursos são contemporâneos da publicação de *Principia Mathematica* de B. Russell e N. Whitehead, que começa em 1911.

XXXIV Nós estaremos enganados se víssemos aí tão somente uma oposição em dois termos: uma ontologia clássica de um lado e Saussure de outro. A ontologia ocidental não é tão monolítica quanto a deixa entender a concepção das relações a partir da lógica de classes que nós acabamos de expor. Existiu e existe modelos alternativos, poderiam citar somente a lógica estóica do acontecimento ou a mereologia de Lesniewsky que seus partidários concebem como uma alternativa à teoria dos conjuntos. Em nosso conhecimento, Deleuze (*La Logique du sens, 1969*) é o único a ter tentado uma reaproximação da lógica estóica e do estruturalismo. Notaremos que desde os anos 30 o cálculo-lambda permite utilizar as relações sem recorrer aos conjuntos pré-existentes. É Hjelmslev que parece (com seu conceito de função) o mais próximo deste tipo de solução.

XXXV Lembremos que o termo “semiologia” é um termo tradicional da medicina (“parte da medicina que trata dos sinais das doenças”, Littré) e que o termo “semiótica” lhe é um sinônimo, dispondo de uma acepção suplementar (“arte de fazer manobrar os grupos indicando-lhes os movimentos por sinais e não pela voz”, Littré).

tripartição estóica das ciências entre lógica^{XXXVI}, física e moral. De maneira mais moderna, é uma herança da filosofia clássica. No último capítulo do livro IV de seu *Essay concernant l'entendement humain* (16), Locke retomava a divisão estóica dando-lhe um outro nome: “a terceira divisão poderia ser chamada de sêmiotikê ou ciência dos signos; e, como as palavras fazem uma parte comum, ela também foi bem apropriadamente nomeada Lógica. Seu emprego consiste em considerar a natureza dos signos do qual o espírito se serve para entender as coisas, ou para comunicar o seu conhecimento aos outros”. Em seu comentário, Leibniz começou por destacar: “Esta divisão já era célebre na obra dos antigos” (Nouveaux essais sur l'entendement humain). As obras de Locke e Leibniz foram beneficiadas em 1823 de uma edição conjunta por F. Thurot, que era conhecido entre os genebrinos, ao que parece impossível que Saussure possa tê-lo ignorado, ao menos a partir de 1874^{XXXVII}. No século XVIII, a semiótica permitiu organizar o conjunto das concepções cognitivas em torno da trilogia, clássica desde Aristóteles: som → ideia → objeto (S. Auroux, *La Sémiotique des Encyclopédistes*, 1979). O que viria fazer Saussure e sua semiologia em tudo isso?

Dois elementos vão mudar consideravelmente as coisas no século XIX e na virada do século XX. Inicialmente, a atenção prática acordada aos sistemas e às normas de comunicação humana; essa atenção é motivada pela internacionalização dos intercâmbios e pelos novos meios de comunicação (telégrafo, telefone). É a época das criações de “línguas universais”, ou melhor, de línguas internacionais auxiliares (às quais poucos linguistas ficaram indiferentes), mas também de acordos internacionais sobre o Alfabeto Fonético Internacional - AFI (1888), o sistema de unidade CGS (Paris, 1881), a nomenclatura da Química Orgânica (Paris, 1889), a classificação bibliográfica decimal (M. Dewey, 1873), o código internacional dos sinais marítimos (a partir de 1856), etc. O segundo elemento é o trabalho constante de matemáticos e de lógicos na elaboração de um sistema simbólico adequado às matemáticas e ao cálculo lógico. G. Boole, C. S. Pierce, G. Peano, G. Frege, B. Russell produziram resultados que mudaram completamente a lógica. Todos eles refletiram sobre a natureza dos símbolos e, às vezes, como Peano, sobre uma língua internacional auxiliar (latino *sine flexio*), ou, como Pierce, de forma mais geral, sobre uma disciplina que ele nomeava Semeiotics, ou, ainda, como Frege inventou, uma ideografia (*Begriffsschrift*, 1879). A orientação reformista e a crítica das ambiguidades das línguas cotidianas é um tema essencial para os lógicos, assim como na obra da influente Lady Welby^{XXXVIII}, que tentou toda sua vida institucionalizar uma disciplina que ela tinha batizado de *significs*^{XXXIX}. Nenhum pensador da envergadura de Brentano Husserl ou de Frege a Russell negligenciou a questão do signo e da significação.

Para os linguistas, a evolução foi menos evidente. Os neogramáticos se interessavam, antes de tudo, pelas leis fonéticas e, de maneira nenhuma, por qualquer teoria do signo ou da significação. Se, desde o começo do século XIX, os filólogos alemães (sob o nome de “Semasiologia”^{XL}) e os gramáticos

XXXVI A constituição da lógica é consubstancial a uma reflexão sobre a natureza da expressão verbal (o *sumboloen* de Aristóteles). Encontramos a teoria aristotélica do signo linguístico no segundo tratado do *Organon* sobre a Interpretação.

XXXVII Existe um exemplar da obra (hoje em minha posse, SA) que traz o carimbo de Théodore Flournoy e a data manuscrita de 1874. Flournoy, professor de psicofisiologia, recorreu a Saussure para analisar as produções linguísticas do médium Hélèn Smith e foi o mestre, depois o sogro de R. de Saussure, o filho mais novo de Saussure.

XXXVIII Ela teve uma correspondência com Pierce e numerosos intelectuais e foi dela a iniciativa da tradução inglesa do *Essai Sémantique* de M. de Bréal. XXXIX Ver, por exemplo, *Significs and Language. The articulate Form of our expressive and Interpretative Resources* (1911). A “significs” foi definida como o estudo do processo de significação (“significância”) em todas as suas formas e relações. O nascimento desse neologismo remonta a 1894, no mesmo ano em que, segundo R. Engler, F. de Saussure teria introduzido o termo de “semiologia” em um manuscrito.

XL É o termo que empregará frequentemente Bühler até que ele introduza o neologismo de “sematologia” em 1934. A teoria dos signos de Bühler deve certamente mais a Husserl que a Saussure.

franceses (frequentemente sob o nome de ideologia^{XLI}) se interessam pelas mudanças de significação, é claramente contra os neogramáticos que Bréal introduz o neologismo de “semântica”:

Sêmantikê technê, a ciência das significações do verbo sêmainô, “significar” por oposição à fonética a ciência dos sons (Bréal, 1897, *Essai de sémantique*, 8, note 1).

Sabemos que Saussure conheceu muito bem Bréal quando de sua estada parisiense. Entretanto, ele é muito crítico em relação à semântica:

é sempre questão do que se passa entre os termos da linguagem; ora, para seguir, seria necessário inicialmente saber o que eles são, o que tomamos como estando, antes de falar de fenômenos entre os termos existentes. (Notas sobre a linguística geral, Curso, éd. Engler, fasc. 4, 41)

O que é criticado na semântica é pressupor a existência dos termos a partir dos quais ela estuda as relações; dito de outro modo, é ignorar o conceito de valor e a unidade do significado e do significante. Compreendemos, desde então, a insistência do genebrino sobre a necessidade de uma ciência nova^{XLII} que repousa sobre sua própria teoria do signo^{XLIII}, a qual é efetivamente uma inovação teórica de grande importância. Colocando-a à frente, ele define que a semiologia estudará a língua não só como fato particular, mas também como fato primordial. Na melhor das hipóteses, a semântica seria somente uma parte da semiologia (aquela que estuda os significados, por mais que possamos imaginá-la independente do estudo dos significantes). Assinalando a essa disciplina, nova por seu objeto, como caminho à “vida dos signos no seio da vida social”, ele somente segue ao interesse geral de sua época pelos novos sistemas de comunicação. A escolha de um fundamento sociológico em vez de psicológico não é anódino: deixamos a ontologia subjetivista que veicula, desde os milênios, o conceito de significação analisado em termos “de ideias” para a existência coletiva de entidades sociais. Fazem parte do domínio da semiologia, além da língua, a escritura, os sinais visuais (língua dos surdos mudos, sinais militares e marítimos) e tátil (cegos), as formas de polidez (rituais, costumes, etc.). Em geral, a disciplina estudará os sistemas de valor arbitrariamente fixados e ela terá como interesse “se os sistemas outros que arbitrários são também de seu domínio”.

Não podemos não trazer à baila a confusão em torno do tema de uma teoria dos signos dessa época. O célebre vocabulário técnico e crítico da filosofia de Lalande (1927), que foi elaborado ao longo das sessões da Sociedade Francesa de Filosofia, compreende uma entrada “semântica”, a qual acrescentamos um destaque, que refere à sêmeiotikê de Locke e à Significs de Lady Welby. Mas se compreende também uma entrada “semiológica”, com uma citação direta de Saussure, notando que a semântica faria somente uma parte e que dizemos também séméiologie”. Todavia, a entrada remete igualmente ao artigo “Significs”

XLI Encontramos ainda este termo tomado emprestado de Destutt de Tracy mas utilizado em sentido mais restrito (“ideologia lexicológica”), nos linguistas naturalistas franceses aos quais se oporá Bréal.

XLII Saussure parece muito confiante em sua invenção: “é sob este nome que M. A. Naville [em sua *Nouvelle Classification des Sciences*, 1901] fez a honraria a essa ciência de recebê-la pela primeira vez no círculo” (*Écrits de Linguistique Générale*, 266). No contexto histórico que recém evocamos, é difícil de imaginar um Saussure suficientemente ingênuo ou mal informado para acreditar que a ideia de uma teoria qualquer do signo seja uma novidade. Se se trata de uma nova disciplina para ele, é na estrita medida em que ela deve repousar sobre a concepção binária do signo e do valor, que são novidades.

XLIII Ele conseguiu posteriormente evocar a possibilidade de utilizar o termo “signologia” que ele abandona porque Naville teria consagrado “semiologia”.

que Lady Welby redigiu para o *Dictionary of Philosophie and Psychologie* (1901-1905) de Baldwin, assim como seu livro *What is Meaning?* (1903).

As diferentes teorias dos signos que encontramos têm consistências bem diferentes. Mesmo aos lógicos para os quais o problema essencial é esclarecer a relação dos nomes aos objetos para construir uma doutrina da verdade, as modalidades de apreensão são múltiplas. Se Frege é bem conhecido por avançar na distinção entre sentido e referência^{XLIV} (“Ueber Sinn Un Bedeutung”, 1892), Russell identifica a significação a uma única referência (“On denoting”, 1905). Husserl, na *Seconde Recherche Logique* (1901, 1913), reconhece, remetendo a J. S. Mill, a necessidade de começar a lógica por uma reflexão sobre a linguagem. Nós devemos a ele a ideia de que a indicação difere essencialmente da expressão em que ela não tem função de significação; a expressão enuncia alguma coisa, mas ela enuncia também alguma coisa sobre um objeto. Jamais o objeto coincide com a significação. Todavia, é um ato de atribuição de sentido e nele “não saberíamos distinguir senão duas faces que dariam à expressão uma significação, e à outra, a determinação de sua orientação ao objeto”. Se, na maior parte do tempo, os autores se conhecem, eles se criticam frequentemente. C. K. Ogden e I. A. Richards, discípulos de Lady Welby, (*The Meaning of Meaning. A Study of The Influence of Language Upon Thought And Of The Science of Symbolism*, 1923) maltratam tanto Bréal quanto Saussure por terem admitido a fixidez da significação (“a fixed meaning, a part of la langue”) e o caráter unicamente binário do signo. Para eles, os filólogos e os gramáticos não têm uma formação suficiente para dominar uma linguagem analítica e abstrata.

A concepção de signo não é, por isso, qualquer coisa de unívoca e estável. A inovação saussuriana, por mais importante que seja, constituiu somente um núcleo relativo de estabilidade entre os estruturalistas europeus.

É somente após a Segunda Guerra Mundial, no contexto do desenvolvimento universitário, que a semiologia vai, mais ou menos, tornar-se uma disciplina de ensino e de pesquisa geral. Nós lhe reconhecemos então uma origem nos estóicos e em Locke, à exemplo de C. Morris (*Signification and Significance. A Study of the Relations of Signs and Values*, 1964). Mas, como disciplina, ela não está ligada a uma teoria particular do signo. Nós lhe atribuímos domínios variados, como a zoosemiótica e, aplicada à linguagem humana, ela se divide em fonética, sintaxe e pragmática (Morris). Th. Sebeock funda a revista *Semiotica*, em 1969, e a dirige até sua morte, em 2001. Ele está na origem da criação do International Association for Semiotic Studies, que teve seu primeiro congresso mundial em Milão, em 1976. Contemporânea ao desenvolvimento do estruturalismo, essa semiótica não está essencialmente ligada ao saussurianismo. Nós conservaremos, de uma maneira pouco arbitrária, o nome de semiologia para designar uma corrente que se apoia unicamente sob a concepção saussuriana binária do signo. Ela aparece essencialmente na França, com autores como Prieto, Barthes ou Greimas, e tem um papel fundador para a extensão do estruturalismo. A cadeira que R. Barthes obtém no Collège de France, em 1976, será batizada “cadeira de semiologia (literária)”. O desenvolvimento institucional da semiótica tem um papel incontestável de garantia e de caixa de ressonância para os partidários estruturalistas da semiologia. Vamos ver, todavia, que, ao fim dos anos oitenta, o termo “semiótica” vai ganhar do termo

XLIV Distinção retomada por Husserl: “dois nomes podem significar alguma coisa de diferente, mas nomear a mesma coisa” (*Recherches Logiques*, T. 2, Chap. I, 12).

semiologia, e aí também referem os discípulos de Greimas que ele mesmo falava de “quadrado semiótico” e não de “quadrado semiológico”. É difícil ver hoje, na inovação saussuriana, outra coisa se não uma tentativa de restrição, que teve eco, mas que não conseguiu se impor, em razão de sua própria restrição. A concepção binária do signo podia parecer somente um embaraço de linguistas para uma parte da lógica tão importante quanto a teoria dos modelos, para quem o essencial é a referência do signo. Mesmo em linguística, eu imagino que a análise de fenômenos como a anáfora pode dificilmente se passar da referência.

8 - Conclusões

O objetivo do historiador da ciência é colocar em ordem o desenvolvimento do conhecimento. Evidentemente, isso de certa forma lineariza os autores. Retrospectivamente, não encontramos nas outras invenções saussurianas alguma coisa de tão nítida quanto a descoberta dos coeficientes sonânticos. Neste caso, o estado da disciplina e seu funcionamento sociológico não devem ser subestimados. Todavia, Saussure é um cientista de grande envergadura e autor de múltiplas inovações, entre as quais, algumas são de grande invenção. Se fosse preciso avaliá-las, eu optaria incontestavelmente por colocar o “valor” em primeiro plano, até porque o resto pode muito bem ser deduzido (mesmo se não se trata certamente da ordem de descoberta). Que essa invenção surja em um núcleo de racionalidade presente em uma série muito longa, não somente coloca luz no processo normal de evolução do conhecimento, mas, sobretudo, faz da força teórica surpreendente de Saussure diferença na realidade mesma do elemento.

Tradução de Amanda Eloina Scherer, Maria Iraci Sousa Costa, Maurício Bilião